

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Janaina Gomes Lodi

Homeschooling: alternativa à crise do modelo escolar?

Campinas
2018

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Janaina Gomes Lodi

Homeschooling: alternativa à crise do modelo escolar?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da UNICAMP, para graduação no curso de Pedagogia, sob orientação da Prof.^a Dr^a Luciane Muniz Ribeiro Barbosa.

Campinas
2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

L821h Lodi, Janaina Gomes, 1995-
Homeschooling : alternativa à crise do modelo escolar? / Janaina Gomes Lodi.
– Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Luciane Muniz Ribeiro Barbosa.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação domiciliar. 2. Instituição escolar. 3. Privatização na educação. 4.
Homeschooling. I. Barbosa, Luciane Muniz Ribeiro, 1981-. II. Universidade
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais complementares

Área de concentração: Pedagogia

Titulação: Licenciatura

Banca examinadora:

Carolina de Roig Catini

Data de entrega do trabalho definitivo: 29-06-2018

A minha avó Zulmira e a minha mãe Adelaide, que me ensinaram a ser corajosa e a nunca desistir dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

À minha avó Zulmira e à minha mãe Adelaide, pelo apoio, amor e carinho que sempre me proporcionaram, durante toda minha vida, fundamentais em minha trajetória escolar e acadêmica;

Aos meus tios Caio e Rosicler e aos meus primos Júlio e Caio, por cada vez que me buscaram na faculdade ou me auxiliaram quando precisei. Aos meus primos queridos, Augusto e Ana, por serem tão presentes em todos os sentidos; a toda minha família pela torcida e incentivo constantes;

À Prof. Luciane, minha orientadora, por toda disposição e acolhimento e pela contribuição imensurável à minha formação enquanto pedagoga e crucial para o despertar do meu entusiasmo pela pesquisa;

A todos os professores da Faculdade de Educação que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento da pesquisa, em especial à professora Carolina Catini, por ser exemplo de luta e inspiração para quem acredita na educação;

A todos os colegas de curso, em especial à Bruna, por ter me apresentado o tema; e à Manoella, por ter compartilhado as ansiedades, angústias e alegrias do último semestre;

A todos os amigos e amigas que me acompanharam nessa trajetória, por me ouvirem e me encorajarem;

A Deus, por ter me permitido chegar até aqui, apesar dos inúmeros desafios enfrentados no decorrer do caminho;

A todos aqueles que acreditam que vale a pena lutar pela educação.

*“Escrevia no espaço.
Hoje, grafo no tempo,
na pele, na palma, na pétala,
luz do momento.
Soo na dúvida que separa
o silêncio de quem grita
do escândalo que cala,
no tempo, distância, praça,
que a pausa, asa, leva
para ir do percalço ao
espasmo.
Eis a voz, eis o deus, eis a fala,
eis que a luz se acendeu na
casa
e não cabe mais na sala”.*

(Paulo Leminski)

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar o movimento do *homeschooling* (educação domiciliar) em sua crítica à instituição escolar e seu modelo de ensino e como proposta de uma nova forma de educar que valorize a autonomia da família na busca pelo conhecimento. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, com análise da literatura sobre a temática com enfoque em seu histórico e análise do crescimento da prática no Brasil, apresentando brevemente a experiência norte-americana, onde o movimento encontra-se já consolidado. Por meio da explicitação da escola como instituição social e histórica e da discussão de sua atual crise, foi possível analisar a consolidação e aumento da prática do *homeschooling* no Brasil ora como uma expansão do direito à educação em resposta à crise da escola, ora como uma potencialização de resultados individuais que, se forem postos em detrimento do coletivo, pode acarretar na intensificação de meios de privatização do ensino e afetar a busca de uma educação de qualidade que seja para todos.

Palavras-chave: *homeschooling*; educação domiciliar; ensino em casa; instituição escolar; escola e escolarização; crise da escola; privatização.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
INTRODUÇÃO	9
1. INSTITUIÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: UM PROJETO INTENCIONAL EM CRISE	14
2. HOMESCHOOLING: BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL.....	22
3. EDUCAÇÃO DOMICILIAR: RESPOSTA À CRISE?	28
3.1 A CONSTRUÇÃO INTENCIONAL DO DISCURSO: CRISE DA ESCOLA E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	30
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade em que a escola e o processo de escolarização são tão naturalizados que muitas vezes parece impossível imaginar uma sociedade sem escolas.

O presente trabalho, reconhecendo os limites, se esforçará para explicitar que tanto o processo de escolarização como a escola enquanto instituição são projetos historicamente construídos e buscará situá-los na história e no Brasil, apontando a ideia atual de que a instituição escolar encontra-se em crise.

Considero que esse trabalho é fruto de discussões e momentos vivenciados tanto na graduação, quanto fora dela; na minha vida pessoal e em meu estágio remunerado, onde acompanhava um aluno autista que muitas vezes relatava o quanto odiava a escola e o quanto não precisava dela: “Eu tenho todas as informações que essa professora passa, no meu *wikipedia*, não preciso vir à escola”, dizia ele. Assim, aliado aos estudos na graduação, onde era possível tecer críticas ao modelo escolar atual, vivenciava no estágio algumas dessas questões.

Era nítido para mim o quanto a instituição escolar, no modelo em que se encontra, não está preparada para abarcar as múltiplas diferenças e necessidades dos alunos, e menos ainda quando estes não se encaixam nos padrões convencionais de aprendizagem. Sendo assim, crescia o desejo de aprofundar a discussão sobre a escola em relação a sua organização, concepções e sua tão difundida crise atual.

O interesse pela temática do *homeschooling* se acentuou quando cursei uma disciplina na qual as discussões envolviam os diversos aspectos do currículo, as políticas curriculares e o trabalho docente, o currículo e a educação obrigatória, o currículo e os movimentos de desescolarização e uma breve discussão sobre a educação domiciliar, ou seja, o *homeschooling*.

É possível considerar que as propostas de educação e, dentre elas, o *homeschooling*, como será explanado ao longo desse trabalho, sempre estiveram atreladas ao contexto histórico. A escola e o processo de escolarização são parte de projetos intencionais e, portanto, políticos, sendo ainda projetos históricos específicos

planejados para atender as demandas próprias da modernidade. Assim, como aponta Sibilía (2012) sobre a escola:

Ainda que hoje pareça tão “natural”, algo cuja inexistência seria inimaginável, o certo é que essa instituição nem sempre existiu na ordem de uma eternidade improvável, como a água e o ar, tampouco como as ideias de criança, infância, filho ou aluno, igualmente naturalizadas mas também passíveis de historicidade. Ao contrário: o regime escolar foi inventado algum tempo atrás em uma cultura bem definida, isto é, numa confluência espaço temporal concreta e identificável, diríamos até que recente demais para ter se arraigado a ponto de se tornar inquestionável. De fato, essa instituição foi concebida com o objetivo de atender a um conjunto de demandas específicas do projeto histórico que a planejou e procurou pô-la em prática: a modernidade. (p. 16)

Diante do exposto e considerando a escola como um projeto específico para atender as demandas próprias da modernidade, percebemos, ao olharmos para a história das políticas educacionais no Brasil, um movimento de expansão da obrigatoriedade do ensino ao longo dos anos, que será exemplificado a seguir.

Segundo Carvalho e Campos (1991), sobre a educação nas constituições brasileiras, no país, historicamente, desde a Constituição Federal de 1934, a educação teve um período escolar obrigatório. Na Constituição de 1934, havia a determinação de que o ensino primário integral seria gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos.

Ainda segundo as mesmas autoras (1991), nas Constituições de 1937, 1946 e 1969, o ensino primário permanece como sendo de caráter obrigatório, alterando apenas os textos da lei para: “O ensino primário é obrigatório e gratuito”, em 1937; “O ensino primário é obrigatório”, em 1946; e “O ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos catorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais”, em 1969.

Na Constituição Federal de 1988, vigente até os dias de hoje, o ensino primário é substituído pelo termo ensino fundamental, sendo obrigatório e gratuito, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria. Além disso, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito passa a ser direito público subjetivo, o que significa que o titular

do direito pode exigir que o Poder Público cumpra o direito à educação de forma sumária, acionando mecanismos jurídicos para tal (OLIVEIRA, 2001).

Com a Emenda Constitucional nº59/2009, a educação obrigatória amplia sua abrangência e passa a ser definida, no art. 208 da Constituição Federal: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 2009)

É pertinente discutir a escolaridade obrigatória visto que, tanto no cenário internacional, quanto no Brasil, observa-se uma tendência à sua ampliação. Sacristán (2001) traz uma reflexão pertinente que merece ser destacada, afirmando a importância de discuti-la:

Por que estabelecer o que parece ser admitido como óbvio e é uma realidade desejada por todos? Por que debater a escolaridade obrigatória se ninguém a questiona? Acaso tem sentido discutir sobre aquilo que já foi alcançado, quando é preciso iluminar o avanço seguinte e olhar pelo futuro da sociedade? Pois digo que sim. Parece-nos necessário dar maior destaque ao óbvio, porque, certamente, seus significados estão um tanto desvanecidos na sociedade e também entre os professores. (p. 13)

Apesar da crescente ampliação da obrigatoriedade da educação escolar, alguns grupos questionam e se recusam a enviar os filhos para essa escola obrigatória, afirmando que ela não funciona, ou seja, apontam que a instituição escolar e, por conseguinte, a escolarização obrigatória, encontram-se em crise. Um desses grupos contrários à escolarização obrigatória e à instituição escolar nos moldes que se encontram hoje são os adeptos do *homeschooling*.

O *homeschooling* (educação domiciliar) é um movimento que surgiu na América do Norte, mas vem crescendo no Brasil. Segundo o que define Celeti (2011), é a modalidade de ensino que propõe que a educação seja ministrada em casa, tendo os pais como responsáveis e através do auxílio de diversos livros, apostilas e materiais didáticos distintos; ele afirma que “A prática é comum em certos grupos de pessoas que consideram a educação de estado uma forma de intervir no que é ensinado aos seus filhos.” (p. 73)

Nesse contexto se insere o objetivo deste trabalho: diante do aumento da prática do *homeschooling*, apesar da observada crescente ampliação da educação escolar obrigatória, espera-se compreender se o aumento dessa prática no Brasil estaria relacionado à expansão do direito à educação (e como possível resposta à crise do modelo escolar), ou a uma busca por potencialização de resultados acadêmicos, caminhando para a privatização do ensino.

Para buscar discutir as questões apresentadas, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, baseada na abordagem qualitativa de pesquisa, assim como aponta ANDRÉ (1986):

Os focos de observação nas abordagens qualitativas de pesquisa são determinados basicamente pelos propósitos específicos do estudo, que por sua vez derivam de um quadro teórico geral, traçado pelo pesquisador. Com esses propósitos em mente, o observador inicia a coleta de dados buscando sempre manter uma perspectiva de totalidade, sem se desviar demasiado de seus focos de interesse. Para isso, é particularmente útil que ele oriente a sua observação em torno de alguns aspectos, de modo que ele nem termine com um amontoado de informações irrelevantes nem deixe de obter certos dados que vão possibilitar uma análise mais completa do problema. (p. 30)

Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico através, principalmente, das seguintes palavras chaves: *homeschooling*; educação domiciliar; ensino em casa; instituição escolar; escola e escolarização; crise da escola e privatização. Os principais acervos de pesquisa foram o *Scientific Eletronic Library Online*, o *Scielo* e o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES e, além disso, foram realizadas leituras de livros e artigos indicados sobre a temática. Evangelista (2017) realizou um mapeamento e análise da literatura internacional e nacional a respeito da Educação Domiciliar ou *Home Education* nos anos de 2000 à 2016, constatando um aumento da pesquisa acadêmica no período analisado – o qual acompanha o crescimento da prática no Brasil - e destacando em nosso país maior número de pesquisas relacionadas à área do Direito, enquanto variam-se as temáticas internacionalmente. Em um segundo momento, através da leitura dos títulos e resumos dos artigos e teses encontrados, foi realizado um catálogo para posterior análise e, finalmente, em um terceiro momento, foi realizada a leitura, análise e elaboração que resultou nesse trabalho.

Inicialmente, no capítulo 1 – Instituição escolar no Brasil: um projeto intencional em crise, pretende-se explicitar que a escola, focando o processo de escolarização no Brasil, apesar de muitas vezes naturalizada, é parte de uma construção histórica e social, relativamente recente e que hoje está em crise.

O capítulo 2 – Homeschooling: breve histórico da educação domiciliar no Brasil, buscará delinear brevemente, através da análise da literatura sobre a temática do *homeschooling* e seu histórico no Brasil, a experiência norte-americana, onde o movimento já se encontra consolidado. Portanto, no capítulo 3 - Educação domiciliar: resposta à crise? encontra-se a análise da possibilidade do crescimento do *homeschooling* como resposta à crítica e ineficiência da instituição escolar.

Finalmente, nas considerações finais, serão retomadas as principais discussões e análises realizadas, apoiados nos seguintes questionamentos: A escola está realmente em crise? E estando a escola em crise, o *homeschooling* seria a resposta para solucioná-la?

1. INSTITUIÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: UM PROJETO INTENCIONAL EM CRISE

A crise da instituição escolar vem sendo discutida por diversos setores sociais e educacionais, que buscam apresentar soluções para superá-la, baseados nas mais variadas concepções, ideias e ações.

Antes de adentrar em sua crise, é necessário explicitar brevemente o surgimento dessa instituição na história brasileira, ressaltando sua intencionalidade e, portanto, seu caráter político.

A análise histórica da educação no Brasil abrange questões complexas, mas o objetivo principal aqui é o de apontar a relação da escola com o propósito de cada momento histórico, reafirmando sua historicidade e intencionalidade.

De acordo com Dermeval Saviani (2008), a teoria da educação que orientou as primeiras atividades pedagógicas em nosso território corresponde à pedagogia derivada da concepção humanista tradicional na sua vertente religiosa. Para penetrar no imaginário dos indígenas e inculcar-lhes conceitos para eles absolutamente estranhos como a noção de pecado, era realizada uma adaptação das figuras mitológicas dos índios às representações cristãs, criando-se um imaginário estranho, sincrético.

Dessa forma, o primeiro plano de educação visava ao ler e ao escrever com aprendizagem do português e da doutrina católica no ensino primário. Já no secundário a maioria dos alunos era encaminhada para o aprendizado de ofícios mecânicos ou agrícolas e uma outra parte pequena era encaminhada para estudos de gramática latina (SAVIANI, 2008).

Em suma, a teoria da educação vigente no primeiro século de colonização brasileira traduziu, para efeitos, pelos jesuítas, a concepção tradicional religiosa, isto é, a filosofia da educação católica ajustando-se às condições particulares da nova colônia.

Sabe-se, segundo Schueler (1999), que o processo de abolição da escravidão contribuiu para o processo de discussão de projetos para a educação pública no Brasil, constituindo-se a educação das crianças, jovens e adultos das camadas

populares livres, nacionais e estrangeiras e libertas, como um dos projetos de reforma discutido pelos dirigentes do Estado e setores da sociedade imperial:

No processo de abolição gradual da escravidão, iniciado a partir de meados do século passado, a educação pública e a difusão do ensino primário entre a população livre e liberta, em primeiro lugar, e, posteriormente, aos ex-escravos, foram constantemente reclamados. Um movimento lento e progressivo de escolarização, com maior expressão nos espaços urbanos do Império, impulsionou a efervescência de debates, projetos e medidas em prol da instrução e da educação destinadas às crianças e jovens. Escolas públicas, Casas de Educandos Artífices, Asilos, Colégios, Escolas Normais para a formação de professores primários, representaram as principais medidas realizadas - nem sempre com felizes resultados - para viabilizar o ensino público. (SCHUELER, 1999, p. 5)

A mesma autora aponta que a instrução das crianças através da escolarização, agora em princípios de obrigatoriedade, estava atrelada ao plano de solucionar e reformular a questão do trabalho e da criminalidade, relacionadas à abolição da escravidão:

Para além da ideia de que educar significava prevenir a criminalidade e as "desordens sociais", a preocupação com a educação das crianças pobres e, conseqüentemente, as propostas de criação de escolas, colônias agrícolas, oficinas e institutos profissionais, constituíram-se em produtos das discussões e da busca de alternativas para a resolução do problema da chamada "transição do trabalho escravo para o livre", mormente o contexto do pós-1871. (SCHUELER, 1999, p. 11)

Em 1889, com a proclamação da República, o processo de discussões sobre a educação se intensificou e surgiram novos atores sociais e novas problemáticas. Além disso, foi dada ênfase no combate à criminalidade e à "vadiagem" das crianças e jovens nas cidades, integrando, segundo ela, um projeto mais amplo de controle social das relações de trabalho (SCHUELER, 1999).

Em 1930, tem-se, segundo Teixeira (2015), uma nova configuração do aparato estatal, apontando que:

Com a entrada da década de 1930, temos uma nova configuração do aparato estatal, ao qual se deu a tarefa de conduzir o país a uma "modernização conservadora", que avançou para a consolidação da estrutura capitalista e de suas correspondentes relações sociais e

jurídicas, com um desenvolvimento urbano e das atividades ligadas a este ambiente, em especial a área industrial, ao que se combinavam os traços sociais e ideológicos oriundos de nosso passado como uma sociedade rural, escravocrata, baseada no mandonismo local, na arbitrariedade e autoritarismo. (p. 67)

Em consonância com esse contexto, a pedagogia nova emergida em 1932 objetivou a reformulação da escola para que pudesse acompanhar o avanço da civilização, com o foco em transformações sociais oriundas principalmente do industrialismo e da democracia, visando à preparação moral e espiritual (SAVIANI, 2008).

Segundo Araújo (2007), a educação escolar nas décadas de 1930, 1940 e 1950, com as formulações da Pedagogia Nova, se colocava como projeto político de formação de mentalidades diante dos problemas sociais condizentes com a crescente industrialização. E afirma que: “A educação escolar caberia ramificar-se pela cultura nacional em seu amplo espectro de ensinamentos valorativos e de atributos morais.” (p. 10)

Porém, a pedagogia nova entra em decadência na década de 1960, devido a uma crise das teorias renovadoras e com a emergência da pedagogia produtivista, a qual se inspira na teoria do capital humano, onde a educação passou a ser crucial para o desenvolvimento econômico, capacitando as pessoas para o mercado de trabalho. Entretanto, a partir da crise capitalista da década de 1970, onde já não havia mais empregos para todos como antes, a educação começa a ser vista como um meio para habilitar as pessoas para a competição das vagas de emprego disponíveis (SAVIANI, 2008).

Já no final da década de 1970 e início de 1981, a educação preocupa-se com as questões sociais, com maior atenção às classes populares que tinham pouco acesso ao ensino. Também nessa época assistem-se as significativas manifestações estudantis em defesa da democracia política brasileira, levando em consideração que o país ainda sofria as consequências da censura, instaurada a partir do golpe de 1964 (SANTOS; MELO; LUCIMI, 2012).

A década de 1980 estaria marcada pela luta política contra-hegemônica, resistente à ideia de fazer da educação mais um setor privilegiado do mercado internacional, visto que assistia-se, no cenário internacional, na Inglaterra e demais países, a instauração da política neoliberal, a qual impõe novas reformas educativas que visam mercantilizar o processo educativo. E é também nesse período que o nosso país elabora a Constituição de 1988, que contempla a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (SANTOS; MELO; LUCIMI, 2012).

De acordo com Frigotto e Ciavatta (2003), nos anos 90 ocorre uma disputa, no campo da educação, entre ajustar os sistemas educacionais à nova ordem do capital e as demandas por uma democratização concreta do acesso ao conhecimento em todos os seus níveis. E sobre o período do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2003, os autores afirmam que:

As análises críticas do período do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) são abundantes tanto no âmbito econômico e político como no social, cultural e educacional. Todas convergem no sentido de que se trata de um governo que conduziu as diferentes políticas de forma associada e subordinada aos organismos internacionais, gestores da mundialização do capital e dentro da ortodoxia da cartilha do credo neoliberal, cujo núcleo central é a ideia do livre mercado e da irreversibilidade de suas leis. (p. 103)

Influenciada pelo processo de globalização e pelos campos de tecnologia e ciência em crescimento, com base no desenvolvimento social apoiado no crescimento econômico, assistia-se, em nosso país, durante os anos 2000, a denominada “era do novo milênio”. Observa-se, nesse período, uma forte propaganda da sociedade da informação e do conhecimento, que se tornaria recorrente no Brasil e ainda, posteriormente, a propaganda de sociedade da comunicação. (SANTOS; MELO; LUCIMI, 2012)

Atualmente, observa-se, segundo Libâneo (2012), um quadro sombrio da escola pública, que afirma que: “No âmbito das análises externas, dados estatísticos e pesquisas apontam sua deterioração e ineficácia em relação a seus objetivos e formas de funcionamento” (p. 16). Diante desses problemas, segundo o autor, circula no meio educacional uma variedade de propostas sobre as funções da escola, que, antagônicas, variam desde as que pedem a volta da escola tradicional às que

defendem seu caráter assistencial. Temos, segundo Libâneo (2012), um dualismo na escola pública brasileira:

Ambas as posições explicitariam tendências polarizadas, indicando o dualismo da escola brasileira em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças. (p.16)

A partir da breve análise do processo de escolarização no Brasil e da constituição e implementação da instituição escolar apresentada, é possível constatar que, desde suas raízes, a escola se destina ao atendimento de projetos sociais específicos de acordo com a demanda exigida em cada época e, portanto, assim como afirma Sibilía (2012), a escola é uma tecnologia de época, e: “Ainda que hoje pareça tão “natural”, algo cuja inexistência seria inimaginável, o certo é que essa instituição nem sempre existiu na ordem de uma eternidade improvável (p. 16)”.

A observação do panorama educacional atual, em conjunto com a análise da literatura da educação sobre a instituição escolar, nos leva à constatação de que a escola está em crise. Apesar de diversos os discursos e as vozes que ecoam quando o assunto é a crise da escola, a afirmação de sua existência é inegável, assim como aponta Sibilía (2012):

Entre tantas perguntas em aberto e cada vez mais difíceis de responder, em função de sua crescente especificidade e da dificuldade de imaginar alternativas para o nosso futuro, uma certeza é quase óbvia e pode servir aqui como ponte de partida: a escola está em crise. (p. 13)

Embora a escola obrigatória e universal (pelo menos como projeto), tal como conhecemos hoje, seja relativamente recente, nos parece quase impossível imaginar uma sociedade onde as escolas ainda não existiam e mais ainda, como seria se elas deixassem de existir. Sacristán (2001) afirma que a escola faz parte das realidades sociais quase naturais que constituem nossas vidas e aponta que:

Ingressar, estar, permanecer por um tempo nas escolas – em qualquer tipo de instituição escolar – é uma experiência tão natural e cotidiana que nem sequer tomamos consciência da razão de ser de sua existência, de sua contingência, de sua possível provisoriedade no

tempo, das funções que cumpriu, cumpre ou poderia cumprir, dos significados que tem na vida das pessoas, nas sociedades e nas culturas. (p. 11)

Apesar da dificuldade de imaginar uma sociedade em que as escolas não existem, como afirmado anteriormente, ela passa a ser muito questionada quanto ao não cumprimento do seu papel. Barroso (2008) sintetiza as diversas vozes que ecoam sobre a crise da escola nos diferentes segmentos da sociedade, afirmando que cada qual colocava seus óculos para enxergá-la de uma forma: para os progressistas, a crise da escola residia no seu anacronismo e apego ao passado, enquanto que para os conservadores, a crise se dava por sua massificação e pela presença de uma população culturalmente despreparada para frequentá-la e cumprir suas exigências. Já para a esquerda ortodoxa, segundo ele, a crise era intrínseca à escola burguesa, reprodutora de desigualdades sociais e inculcadora de ideologias estranhas aos interesses dos trabalhadores.

Apesar da existência de concepções distintas sobre a crise da escola, Barroso (2008) afirmava que esta deixava de ser um problema nacional e localizado, mas ocorrendo em diversos países com uma semelhança de elementos. Segundo ele:

Essa 'internacionalização' da crise da instituição escolar e/ou dos sistemas públicos de ensino vem associada ao esgotamento do chamado projeto da modernidade e à sua impossibilidade de cumprir as promessas implícitas que justificaram o acesso irrestrito e indistinto (e, em alguns casos, compulsório) das populações submetidas à autoridade dos Estados Nacionais às instituições escolares. Num mundo cada vez mais parecido, as crises não haviam de ser diferentes... (BARROSO, 2008, p. 34)

A crise da escola é justificada por vários argumentos e perspectivas de análise e de avaliação que envolvem críticas diversas. Dentre elas, a de que a escola seria um meio de reprodução e manutenção das desigualdades sociais. Ainda, com o avanço da tecnologia, a escola estaria, segundo alguns críticos, ultrapassada na divulgação das informações, já que há a possibilidade de sermos “autodidatas” na busca pelo conhecimento.

Sobre os motivos para a atual crise da escola, apoiada na tecnologia, Sibilia (2012) afirma que apesar de complexos, sua essência estaria relacionada ao fato de que a escola se tornou incompatível com os corpos e subjetividades das crianças de

hoje. Para ela, “A escola seria, então, uma máquina antiquada (p.13)”, em que, tanto seus componentes quanto seus modos de funcionamento, já não entram facilmente em sintonia com os jovens do século XXI.

Assiste-se, atualmente, a uma divulgação em larga escala de testes padronizados que anunciam a falência da instituição escolar, através do sistema de avaliações e consequente responsabilização cada vez mais intenso, e segundo o que traz Freitas (2012):

Um sistema de responsabilização envolve três elementos: testes para os estudantes, divulgação pública do desempenho da escola e recompensas e sanções (Kane & Staiger, 2002). As recompensas e sanções compõem o caráter meritocrático do sistema(...) A meritocracia é uma categoria, portanto, que perpassa a responsabilização. (p. 383)

Ainda sobre a meritocracia, Freitas (2012) afirma que ela estaria na base da proposta política liberal: igualdade de oportunidades e não de resultados, dessa forma, o que realmente faz a diferença, dadas as oportunidades, é o esforço pessoal e mérito de cada indivíduo. E acrescenta:

Nada é dito sobre a igualdade de condições no ponto de partida. No caso da escola, diferenças sociais são transmutadas em diferenças de desempenho e o que passa a ser discutido é se a escola teve equidade ou não, se conseguiu ou não corrigir as “distorções” de origem, e esta discussão tira de foco a questão da própria desigualdade social, base da construção da desigualdade de resultados.” (p. 383)

A Seção I, do Capítulo III – da educação, da cultura e do desporto, da Constituição Federal de 1988, a lei máxima que rege em nosso país, define em seu Artigo 205, que: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Segundo os críticos à escola, esta não atenderia nem mesmo o seu objetivo principal, o de formar para a cidadania e para o mercado de trabalho, entrando, assim, em colapso e, além disso, ainda perpassaria situações de violências diretas através do *bullying*, por exemplo, e indiretas através de classificações, *rankings* e outros

dados estatísticos que tendem à culpabilização dos indivíduos. Sobre isso, Catini (2013) aponta:

Mas é evidente que a manifestação dessa violência nas relações escolares possui especificidades, bem como formas próprias de ocultamento e de naturalização no interior da "ordem escolar", onde se condensam e se fixam as práticas em relações objetivas: uma média de alunos, um ranking de classificação da qualidade do ensino, um salário maior em troca de uma posição mais elevada nesse ranking, ou um vasto conjunto de estatísticas. Mesmo nas novas formas de bullying e cyberbullying há uma nova atualização da antiga prática escolar de dar lugar às diferenças por meio da violência dos estigmas, o que também compete para fixar as relações educativas, ao se reificar os atributos individuais. Fôssemos considerar as últimas modas da indústria cultural, também teríamos que nos colocar às voltas com a crescente erotização dos jovens e crianças, e das figuras contemporâneas do superego, que tem por base o imperativo do gozo. (p. 6)

Nota-se que há diversos apontamentos e discussões crescentes sobre a ineficácia da escola, e ainda, apesar da tendência internacional e nacional de ampliação de período de escolarização obrigatória, tem-se observado movimentos de escolarização fora da escola. Em consonância com essa tendência, dentre os grupos de movimento de desescolarização, tem se observado no Brasil um movimento que vem crescendo nos últimos tempos, em que famílias, apoiadas em argumentos, dentre os quais apontam a ineficácia da escola, se opõem à obrigatoriedade escolar e tiram os filhos da escola para ensiná-los em casa. Esse movimento é denominado *homeschooling* e será aprofundado no capítulo seguinte.

2. HOMESCHOOLING: BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL

O *homeschooling*, ou educação domiciliar, como denominado no Brasil, é um movimento que teve início na América do Norte e está associado à ideia de negação da obrigatoriedade escolar; segundo Barbosa e Oliveira (2017):

Pode-se perceber que a ideia de negação da compulsoriedade escolar, associada a um Estado mínimo, que deve intervir minimamente nas questões educacionais, como defendido nesse ângulo, influenciou a história do movimento *homeschooling* na América do Norte. (p. 214)

O *homeschooling* é um movimento que tem crescido cada vez mais em nosso país e é definido, nas palavras de Barbosa e Evangelista (2018) como:

Ensinar crianças fora do ambiente institucionalizado da escola e no âmbito privado da família é a modalidade educacional que ganhou o nome de *homeschooling* na América do Norte e que, recentemente, tornou-se conhecida pelo termo educação domiciliar no Brasil. Nela, a família se responsabiliza totalmente pela formação acadêmica da criança, mobilizando pais ou tutores, diversas estratégias que podem seguir ou não um currículo formal. (p. 329)

Quando pensamos a educação domiciliar no processo de escolarização no Brasil, segundo Vasconcelos (2007), desde a Colônia até o final do século XIX, a educação doméstica assumia um importante papel nas famílias abastadas, que recebiam através da contratação de mestres, professores particulares preceptores ou até mesmo membros da família, educação em suas próprias casas.

Foi somente com o fortalecimento do Estado Imperial, que trouxe consigo um movimento pela necessidade de comprovar a superioridade da instrução escolar em prol das demais formas de educação, que a preocupação com a criação de espaços destinados à escola estatal passou a figurar e como consequência haveria a destituição, mesmo que lenta, do lugar de instrução de todos os outros espaços e, dentre eles, as casas e os ambientes domésticos utilizados para a educação de jovens e crianças, pois poderiam confrontar a legitimidade e exclusividade da escola como instituição de educação (VASCONCELOS, 2007).

Atualmente, sobre o cenário do *homeschooling* no Brasil, sabe-se, segundo Barbosa e Oliveira (2017), que o tema está na pauta tanto do Congresso Nacional quanto do Supremo Tribunal Federal (STF). Os autores afirmam que:

Neste momento, há famílias que educam seus filhos em casa, escudadas em liminares que serão julgadas pelo STF. O elemento central de seu argumento é a liberdade de escolha dos pais e o seu direito de definir o que consideram a alternativa educativa mais adequada para seus filhos. Ainda que não seja novidade contestar a compulsoriedade escolar, é rara a ideia de contestá-la para ensinar as crianças em casa. (p. 15)

Apesar de, no Brasil, o tema ainda estar em pauta no Supremo Tribunal Federal e não haver uma decisão oficial quanto à constitucionalidade de sua prática, segundo reportagem recente da revista Crescer, o número de famílias que educam seus filhos em casa dobrou em um ano, devendo ser esse número ainda maior, já que muitas famílias se resguardam por medo de serem denunciadas: “Embora o modelo ainda não seja legalizado no Brasil, 3,2 mil famílias já aderiram ao *homeschooling*, que, em 2016, atendeu a cerca de 6 mil crianças, segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned)”¹. É necessário salientar que, como há um debate sobre a inconstitucionalidade da prática no Brasil, as famílias se escondem e é difícil saber o número exato e suas reais motivações, diferentemente de como ocorre nos EUA, que já possuem estudos sobre as motivações e levantamento das famílias adeptas ao *homeschooling*, já que lá a prática é legalizada em todos os estados.

Apesar de o movimento recente denominado *homeschooling* ter suas origens na América do Norte, as motivações que levam às famílias a se associarem a esse movimento são distintas no Brasil, assim como afirmam Barbosa e Evangelista (2018):

Se nos países da América do Norte o movimento em prol do *homeschooling* passou a ser visto, no contexto das reformas educacionais que resultaram nas políticas de *choice*, como uma das alternativas de escolha educacional, no Brasil, ele se apresenta como uma negação da instituição escolar que já não corresponde mais às necessidades de aprendizagem de determinadas famílias. (p. 339)

¹ Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Escola/noticia/2017/01/homeschooling-brasil-ja-tem-6-mil-criancas-sendo-educadas-em-casa.html> Acesso em: 30 de maio de 2018

Segundo a ANED – Associação Nacional de Educação Domiciliar, responsável por pleitear junto às autoridades a regulamentação da educação domiciliar no Brasil, as principais motivações dos pais que optam por praticá-la são: preservar os princípios morais da família; proporcionar uma socialização mais ampla com indivíduos de todas as idades; insatisfação com o ambiente escolar, motivada por questões de violência, insegurança e amizades indesejadas; dentre outros.

Dentre os benefícios apresentados pela ANED² decorrentes da educação domiciliar, estaria um maior amadurecimento da criança, desenvolvimento da disciplina de estudo, gosto e estratégias de aprendizado; produção adultos seguros e com autoestima sólida, favorecimento do empreendedorismo e produção de excelentes resultados acadêmicos. E ainda de acordo com a ANED, a educação domiciliar pode resguardar os filhos de males como: pressões sociais inadequadas, privação do convívio familiar, retardo e passividade no processo de aprendizagem e desinteresse por aprender.

Assim, a educação domiciliar passa a ser analisada sob a ótica de um movimento de crítica à instituição escolar e seu modelo de ensino e como proposta de uma nova forma de educar que valorize a autonomia da família na busca pelo conhecimento. Nessa proposta encontra-se também a ideia de separação entre estado e educação, como aponta Celeti (2011): “Faz-se necessário separar estado e educação. Significa deixar a educação na mão dos interessados, os indivíduos (p. 85)”.

Sob esse ponto de vista, na educação domiciliar tem-se a problematização do entendimento da escola como ponto forte, questionando sua eficiência para lidar com a humanização, como afirmam Ribeiro e Palhares (2017):

Na agenda das famílias envolvidas problematiza-se se a escola sabe que lida com seres humanos, que têm vida, sentimentos, emoções, necessidades, vontades, aspirações individuais, sonhos e querer diferentes dos outros; que são únicos e querem ser tidos em contextos educativos que os desenvolvam na sua plenitude. (p. 59)

² Disponível em: <https://aned.org.br/educacao-domiciliar/ed-sobre/ed-conceito> Acesso em: 31 de maio de 2018

O *homeschooling* baseia, ainda, seu discurso no direito à liberdade de escolha dos pais em relação à educação de seus filhos: “O elemento central do argumento de tais famílias é a liberdade de escolha dos pais e o seu direito de definir o que consideram a alternativa educacional mais adequada para seus filhos.” (BARBOSA, EVANGELISTA, 2018, p. 329)

A violência também é apontada como uma das causas para a crise da escola, como salientado no capítulo anterior, por vivenciar em suas instituições situações de *bullying*, *cyberbullying* e outros. Segundo Barbosa (2013), as famílias adeptas ao *homeschooling* criticam a violência presente no ambiente escolar e o desencontro entre os valores e a moral da família e da escola.

Dentre os objetivos principais da escola, como delineado no capítulo anterior, está a formação para a cidadania, contudo, a instituição escolar não tem conseguido alcançá-lo, se constituindo como uma das possíveis causas de sua crise. Apesar das críticas no sentido contrário, a formação para a cidadania é uma preocupação fundamental na educação domiciliar, segundo os seus adeptos:

Independente de qual conceito de educação para a cidadania é seguido pela comunidade *homeschooling*, o fato é que ela se esforça por mostrar que a experiência com o ensino em casa pode promover condições positivas no que se refere ao ensinar e aprender sobre cidadania. Em consequência, há perguntas sobre que tipo de educação para a cidadania é oferecido pelo sistema escolar. [...] (BARBOSA, 2013, p. 257)

Percebe-se que, em contrapartida à proposta massificadora de métodos iguais para todos, acompanhados de rankings e avaliações presentes no contexto escolar, no *homeschooling* haveria uma atenção e método individualizado para a necessidade de cada criança. Barbosa (2013) afirma que, embora há uma transitoriedade e interligações entre as motivações das famílias *homeschoolers*, observa-se cada vez mais crescente, um discurso associado a um ensino mais individualizado, destinado a melhor atender as características e necessidades das crianças. Dessa forma, é possível perceber que o *homeschooling* surge e vem crescendo no Brasil como possível resposta à crise da instituição escolar:

As dificuldades encontradas atualmente pelas instituições escolares (públicas e privadas), em cumprir seu papel com qualidade e os problemas nela inseridos e delas provenientes, apresentam-se como grande motivação para que determinadas famílias optem por outra forma de ensinar seus filhos. (BARBOSA, 2013, p. 301)

Aliado a todos os aspectos já citados, as pesquisas sobre os *homeschoolers* na América do Norte, revelam que estes apresentam melhores resultados acadêmicos se comparados aos alunos da escola regular. Semelhantemente, no Brasil, Barbosa (2013) apresentou em sua tese, adolescentes de uma família que praticavam a educação domiciliar em Minas Gerais e obtiveram resultados acima da média em provas, além de conquistarem prêmios relacionados à área acadêmica.

Torna-se necessário questionar o motivo desses melhores resultados acadêmicos. Talvez o ensino individualizado, que se difere do ensino generalizado e massificador da escola seja um grande diferencial e potencializador para aqueles que estudam em casa, que tem adequados às suas necessidades e individualidades, os métodos adaptados.

Além do fator ligado ao ensino individualizado, é possível destacar que o perfil das famílias *homeschoolers* necessariamente é o de quem já possui acesso à informação, sendo possível disponibilizá-la a seus filhos. Sobre essa questão, podemos afirmar que essa capacidade de escolha pode manter-se apenas no domínio das classes médias e altas, favorecendo sua diferenciação em relação à massa de trabalhadores. Sobre o usufruto da liberdade de escolha, Catini (2013) afirma:

Essa capacidade de expansão do mercado educativo é, portanto, um dos aspectos que evidenciam que a educação é uma mercadoria consumida pelas classes médias e altas, fazendo usufruto de sua "liberdade de escolha", e mantendo suas formas de diferenciação em relação à massa de trabalhadores. (p. 230)

Analisando o *homeschooling* no Brasil como resposta à apontada crise da escola, destacam-se pontos como a falha para formar para a cidadania, as situações de violência vivenciadas no interior da instituição escolar e sua ineficiência em atender as características e necessidades de cada criança. E tem-se, ainda, a proposta de uma educação mais humanizadora, de formação global e que esteja de acordo com aquilo que a família deseja para seus filhos.

Diante de tal proposta humanizadora e global, que seja capaz de abranger a dinâmica social, moral e afetiva do ser humano, parece tornar-se contraditório quando a ênfase e motivação das famílias que optam pelo *homeschool* se revela como a busca exclusiva por melhores resultados acadêmicos. E diante dessa constatação, torna-se necessário levantar o seguinte questionamento: seria o *homeschooling* realmente uma das respostas à crise da instituição escolar ou estaria este caminhando para a potencialização de resultados, e ainda, para a privatização da educação?

3. EDUCAÇÃO DOMICILIAR: RESPOSTA À CRISE?

Para dar continuidade às reflexões suscitadas nesse trabalho, apresenta-se o seguinte questionamento: seria o *homeschooling* realmente, uma nova possibilidade de educar em resposta à então discutida crise da escola e da educação pública, ou estaria o *homeschooling* caminhando e contribuindo para a privatização dos direitos sociais, dentre eles o da educação? Ou ainda, para uma experiência de desescolarização da sociedade?

Vasconcelos (2017) auxilia nessa análise, afirmando que:

Contudo, sob a alegação de ser a liberdade – um princípio básico dos direitos humanos –, e a liberdade de escolha – um direito dos pais sobre a educação de seus filhos –, trava-se um duelo entre essas duas correntes, no qual, apesar dos aspectos políticos e pedagógicos envolvidos, não se pode desconsiderar que a perspectiva da educação na casa volta à cena como uma possibilidade real, à medida que as tecnologias da informação e da comunicação disponíveis aproximam o conhecimento dos sujeitos e tornam a intermediação da escola, por vezes, dispensável, rompendo, assim, com os limites físicos para a concretude do processo de escolaridade. (p. 126)

Assim, ao analisar o aumento da prática do *homeschooling* e sua relação com a crítica à instituição escolar, tenta-se compreender se essa prática trata-se realmente de uma forma de aumentar a autonomia na busca pelo conhecimento ou se objetiva-se ser um potencializador de resultados através dos estudos individualizados para que as crianças estejam mais “preparadas” para a competição nos níveis superiores.

Historicamente, a escola foi destinada para poucos, e, assim como afirma Libâneo (2012), a escola pública obrigatória e gratuita para todos é luta constante entre os educadores brasileiros, em que se sobressaem as preocupações com suas funções sociais e pedagógicas, dentre as quais a universalização do acesso e permanência, o ensino e a educação de qualidade e a formação para a cidadania crítica.

Em nosso país, de acordo com Beiseigel (2005), há um debate que perpassa o caráter de classe, no qual há o questionamento da falta de qualidade da escola pública como consequência do processo de democratização do acesso à escola para as

camadas não privilegiadas, devido às suas características e carências, que para ele, na verdade, significou uma melhoria na qualidade do ensino, pois abriu-se para toda a população. Diante disso, segundo o autor, verifica-se um posicionamento a favor da retirada dessa população da escola e retorno ao modelo de escola do passado e, por outro lado tem-se a retirada dos filhos da escola para ensina-los em instituições privadas ou em casa, como é o caso do *homeschooling*. (Apud. BARBOSA, 2013)

Diante desse contexto, tem-se, de um lado, lutas para que a educação de qualidade seja garantida para todos, em defesa da escola pública, e de outro lado, os esforços individuais em prol do interesse individual. Nesse sentido, BARBOSA (2013), avalia que:

Defende-se que, em parte, o ensino em casa como opção de "retirada dos filhos da escola pública", por seus problemas e suposta falta de qualidade, insere-se no momento histórico pelo qual passa a educação no país, justamente dentro de um contexto pela busca da qualidade do ensino, entendendo-se já ter alcançado objetivos anteriores como a ampliação do acesso à escola para a quase totalidade da população, assim como constante políticas e reformas em prol da permanência dos alunos na escola e sua conclusão do ensino. (p. 298)

Diante do exposto, observa-se que há um debate que aponta que o *homeschooling* no Brasil surge principalmente como resposta à crise da instituição escolar.

A partir das constatações apresentadas por autores e setores sociais sobre a crise da escola, apesar de reconhecer que há realmente muitos déficits a serem superados é evidente que não se pode afirmar que todas as escolas estão em crise. O que se problematiza é o modelo e a estrutura em que se encontra atualmente, pois, ela é, ainda para a grande maioria, o meio para se garantir o direito à própria educação, como aponta CATINI (2013): "A escola é ainda o meio para se garantir os direitos sociais, em especial, o direito à própria educação, pressuposto da assunção das responsabilidades próprias à vida adulta" (p. 6).

Apesar do reconhecimento de que há experiências valiosas de escolas na formação de seus alunos e que a instituição escolar é um importante meio de garantir

o direito social à educação, é necessário questioná-la e tecer críticas em busca de uma educação de qualidade para todos.

Após analisar a crise da instituição escolar sob a ótica do *homeschooling* e objetivando uma discussão que contribua para a luta da educação de qualidade, questiona-se a possível produção proposital de um discurso de crise da instituição escolar, principalmente da pública, atrelado à lógica neoliberal, para favorecimento de alternativas privadas de educação, que priorizam o resultado individual em prol do desenvolvimento coletivo.

3.1 A CONSTRUÇÃO INTENCIONAL DO DISCURSO: CRISE DA ESCOLA E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Pode-se dizer que a construção do discurso da crise da educação está relacionada à reconfiguração da Nova Direita, como avalia Paraskeva (2010):

Em essência, estamos perante um processo de reconfiguração, no seio do senso comum, do verdadeiro significado de determinados vocábulos, com o intuito de operar, por conseguinte, uma reconfiguração do próprio senso comum, processo esse que vai ao encontro dos desideratos da Nova Direita e que implica cuidadosos e intrincados processos de articulação e rearticulação. (p. 4)

Segundo Paraskeva (2010), o novo modelo político e econômico fomentado por ideologias neoliberais teria sido o responsável pela criação de novas relações entre o Estado e os cidadãos, com o questionamento do Estado providência e a colocação dos grupos economicamente mais poderosos em destaque, com vistas a minimizar o papel do Estado frente a garantia das políticas sociais e econômicas, dentre as quais encontra-se a educação. Dessa maneira, segundo Paraskeva (2010), a direita política tem conseguido fertilizar a ideia de crise nas instituições públicas ao nível do senso comum e tem-se a construção de um sentimento contra-público como crucial. Nesse contexto, os programas escolares como *Voucher*, *Charter* ou *Homeschooling*, devem ser percebidos no quadro de resposta dos movimentos de direita à “crise” do sistema público de ensino. O autor ainda afirma:

Constrói-se um mundo com base em classes com eficaz poder de escolha e de aquisição sob a batuta do mercado que quer deixar transparecer que é politicamente descomprometido. Em essência, os

programas de escolha educacional [projecto escolas *charter*, programas *homeschooling*], cruciais no projecto de reforma neoliberal, impõem um processo apoiado na construção de uma identidade própria (no caso português, através da elaboração de um projecto de escola), dando expressão à sua autonomia, que mais não é do que uma crença na conversão do Estado em Estado mínimo e uma fé profunda na matriz do mercado que consegue criar, ao nível do senso comum, uma recodificação perigosa dos discursos e das práticas educativas e curriculares. (PARASKEVA, 2010, p. 43)

Barbosa e Oliveira (2017) afirmam ser o neoliberalismo uma das correntes teóricas que também dá suporte à educação domiciliar, além da vasta gama de posições antiestatais, passando por anarquistas, liberais individualistas e posições religiosas fundamentalistas, dentre outras. E afirmam que: “É contra o Estado, que monopoliza a direção da educação escolar, obrigando os cidadãos a segui-la, que se posicionam os favoráveis ao *homeschooling*, suscitando questões teóricas sobre o ensino livre, muito semelhantes às formuladas pelos liberais.” (p. 194)

O liberalismo, ainda segundo Barbosa e Oliveira (2017) tem suas ideias contrárias a um único sistema nacional de educação, podendo dizer que seu posicionamento estaria de acordo com o que defende o *homeschooling*:

Revela-se então o posicionamento dos liberais, contrários a um único sistema nacional de educação. Se as famílias são diferentes em sua moral, crença e valores, como oferecer um único tipo de ensino? Que direitos tem o Estado de promover um ensino com embasamentos distintos dos apregoados pelas famílias? (p. 195)

O pensamento neoliberal presente na concepção da educação domiciliar foi analisado por Lubienski (*Apud.* BARBOSA, 2013), que afirma ser o *homeschooling* um representante, dentro de um pensamento neoliberal mais amplo, de uma certa tendência de retirada de esforços coletivos e privatização do controle de esforços na perseguição das vantagens individuais, o que acarretaria na priorização do individual em prol do bem comum e da coletividade.

Além dos questionamentos às pesquisas que revelam uma melhor performance dos *homeschoolers* como consequência do ensino individualizado, Lubienski (2000 e 2003) faz severa crítica sobre a escolha dos pais pelo ensino em casa baseada nesse argumento. De acordo com o autor, enquanto os pais optam por um ensino individualizado que atenda as necessidades particulares de seus filhos (uma prerrogativa privada que pode diminuir custo e maximizar

oportunidades), acabam deixando a instituição escolar, sobretudo a escola pública e, em última análise, decidem investir em seus próprios filhos em detrimento de um investimento no coletivo, de um compromisso com o bem público que afeta diretamente a manutenção da democracia (...). (BARBOSA, 2013, p. 128)

Entretanto, contestando tal crítica, as famílias que optam pelo *homeschooling* apresentam como argumento para a escolha de tal modo de ensinar os filhos, o fato de que a escola não estaria cumprindo a função de formá-los para a cidadania, podendo esse aspecto ser melhor desenvolvido no âmbito do ensino em casa. Barbosa (2013) apresenta dados de pesquisas norte-americanas com adultos que estudaram em casa e estas demonstram o envolvimento político, a consciência e participação em eventos ativos e voluntários de sua comunidade como principal argumento dos pais e associações de *homeschooling* entrevistados, que enxergavam, ainda, a boa cidadania como resultante do ensino em casa, sob a ótica do aprendizado sobre cidadania e democracia na vida cotidiana.

Contudo, na avaliação de Barbosa (2013), esse aspecto pode ser questionado:

No entanto, mesmo com todos os argumentos favoráveis à possibilidade de uma formação para a cidadania promovida pelos defensores do ensino em casa, reitera-se a importância de não se generalizar tais experiências, considerando a prática do ensino em casa como sinônimo de uma boa formação para a cidadania. Nesse sentido, cumpre destacar algumas questões como: a presença de considerável número de famílias que opta pelo ensino em casa baseando-se em convicções religiosas e que, ao invés de uma preocupação maior com a participação de seus filhos como cidadãos ativos na sociedade, direciona sua atenção para uma moral religiosa isolacionista. Esse questionamento revela-se fundamental, pois, ainda que os meios (como o ensino de determinados comportamentos éticos, trabalho voluntário na comunidade local, entre outros) sejam semelhantes, não necessariamente os fins propostos são os mesmos quando se deseja a formação de um cidadão ativo na sociedade e com o compromisso de ação em prol da melhoria de sua qualidade democrática. (p. 258)

Portanto, ao olharmos os aspectos positivos apresentados tanto pela literatura norte-americana como pela ANED, a educação domiciliar seria capaz de solucionar alguns dos problemas que são apontados como causas da crise da escola, ao negá-la em sua estrutura, tal como apresentado. Entretanto, praticar a educação domiciliar, estaria, segundo demonstrado em Lubienski (*Apud.* BARBOSA, 2013), caminhando para uma preocupação cada vez mais focada no individual em detrimento do coletivo:

De acordo com o autor, enquanto os pais optam por um ensino individualizado que atenda as necessidades particulares de seus filhos (uma prerrogativa privada que pode diminuir custo e maximizar oportunidades), acabam deixando a instituição escolar, sobretudo a escola pública e, em última análise, decidem investir em seus próprios filhos em detrimento de um investimento no coletivo, de um compromisso com o bem público que afeta diretamente a manutenção da democracia, como explorado no quarto capítulo. (*Apud* BARBOSA, 2013, p. 128)

Ao apontar a ineficiência da escola, principalmente da escola pública, e valorizar cada vez mais as políticas de livre escolha, é possível que a educação domiciliar, cada vez mais atrelada às ideias neoliberais de estado mínimo e apenas regulador dos direitos sociais, contribua para que a educação brasileira caminhe para a privatização, estando sua qualidade cada vez mais nas mãos de indivíduos que conseguem resolvê-la de forma particular e menos sob o poder do Estado, que deveria respondê-la para todos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis que, chegando ao final deste trabalho, retomamos as questões principais, que aqui nos interessaram: A escola está realmente em crise? E, estando a escola em crise, o *homeschooling* se constitui como resposta a ela?

Objetivou-se, inicialmente, demonstrar que a escola foi constituída socialmente ao longo da história de acordo com as demandas de cada época. Com foco na explicitação da história da instituição escolar no Brasil percebeu-se que, apesar da educação domiciliar ser anterior à escola como conhecemos hoje e, apesar da forte tendência à educação escolar obrigatória no cenário internacional e nacional, atualmente, com influência norte-americana, a prática do *homeschooling*, atrelada aos pensamentos neoliberais, tem crescido em nosso território.

Posteriormente, foram apresentados os argumentos que apontam a existência da crise da escola que envolveram, dentre outros, a sua ineficiência para a formação da cidadania, a violência direta presente em seus espaços através de *bullying* e *cyberbullyng* ou indireta pelo ranqueamento e sistema de avaliações e, ainda, segundo Sibilia (2012), o fato da escola, como tecnologia de época, ser antiquada aos jovens do século 21.

Diante dos argumentos expostos, buscou-se compreender se o *homeschooling* seria uma resposta a então existente crise da escola e pode-se dizer que se chegou a dois posicionamentos, não necessariamente contrários ou excludentes, mas no mínimo distintos.

Por um lado, foi possível constatar, como afirmado por Barbosa (2013), que, no Brasil, as famílias adeptas ao *homeschooling* tem como uma das principais motivações o descontentamento com a ineficiência da escola, método massificador que não considera as especificidades dos seres em formação, sua violência, a não humanização e o não preparo para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, podemos dizer que a educação domiciliar emerge e cresce como resposta à crise da escola e, como discutido anteriormente, a educação

domiciliar poderia se atentar aos métodos individualizados, respeitando as necessidades e características de cada um, resguardar as crianças das formas de violência e estar de acordo com a moral e valores que cada família deseja ensinar para seus filhos.

Por outro lado, tem-se que - não pretendendo negar as constatações que denunciam a crise da escola - a intensificação e recorrência constante a esse discurso de crise contribuem para uma descrença no poder do estado em relação à educação, que pode levar cada vez mais à prática de educação por vias não oficiais, como é o caso do *homeschooling*.

No *homeschooling*, como apresentado anteriormente, tem-se observado cada vez mais uma preocupação acentuada na individualidade, em detrimento de ações que buscam o bem comum. Em contraposição, segundo Catini (2013), nas atuais circunstâncias sociais e em consonância com a concepção do pensamento coletivo em detrimento do individual, atualmente a escola seria inquestionável enquanto meio de educar:

Considerando superficialmente o estado das coisas e, sobretudo, a necessidade social da escola e a inexistência de outra instituição que cumpra tais tarefas, a escola é inquestionável enquanto meio de educar. Seu conteúdo está tão completamente interiorizado no modo de viver capitalista que tem deixado de ser objetivo de crítica teórica, e quando assim é considerada, é apenas por que aparecem supostos "desvios" em sua trajetória que a impedem de cumprir adequadamente suas pretensas funções, em suas crises periódicas; e por conta da necessidade cíclica de colocar em prática reformas políticas e pedagógicas, umas mais, outras menos importantes e impactantes para o sistema de ensino e para a sociedade. (p. 6)

Longe de dar uma resposta única e certa para a pergunta inicial, objetiva-se um despertar e um olhar crítico à afirmação sobre a crise da escola – muitas vezes apresentada como verdade absoluta e inquestionável -, bem como sobre as possibilidades de ser o *homeschooling* uma nova possibilidade de educar, como resposta a algumas deficiências da histórica instituição escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Marta Maria de. Plasticidade do Plano de Reconstrução Educacional de Anísio Teixeira (1952-1964). **Educativa**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 9-27, nov. 2007. ISSN 1983-7771. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/172>>. Acesso em: 26 jun. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.18224/educ.v10i1.172>.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. **Ensino em casa no Brasil: um desafio à escola?** 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.48.2013.tde-07082013-134418. Acesso em: 2018-05-12.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro; EVANGELISTA, Natália Sartori. Educação domiciliar e direito à educação: a influência norte-americana no Brasil. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 8, n. 3, p. 328-344, dez. 2017. ISSN 2178-8359. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/view/907>>. Acesso em: 12 maio 2018.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro; OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. Apresentação do Dossiê: Homeschooling e o Direito à Educação. **Proposições**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 15-20, ago. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000200015&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 12 maio 2018.

BARROSO, Geraldo. Crise da escola ou na escola? Uma análise da crise de sentido dos sistemas públicos de escolarização obrigatória. *Revista Portuguesa de Educação*, 2008, 21(1), pp. 33-58, 2008, CIEd - Universidade do Minho. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872008000100003&lang=pt

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, Maria Aparecida de; CAMPOS, Maria Regina Machado de. A educação nas constituições brasileiras. Campinas, SP: Pontes, 1991.

CATINI, Carolina de Roig. **A escola como forma social: um estudo do modo de educar capitalista.** 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.48.2013.tde-11122013-153624. Acesso em: 2018-05-12.

CELETI, Filipe Rangel. Educação não obrigatória: uma discussão sobre o estado e o mercado. São Paulo, 2011.

EVANGELISTA, Natália Sartori. Educação Domiciliar e Desescolarização: mapeamento da literatura (2000-2016). Campinas, 2017.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educ. Soc.*, Jun 2012, vol.33, no.119, p.379-404

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, Apr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jun. 2018.

GIMENO SACRISTÁN, J. A Educação Obrigatória: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001.

NÓVOA, António. O espaço público da educação: imagens, narrativas e dilemas. Universidade de Lisboa. 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012

LOPES, Leandro de Proença.; ZAREMBA, Felipe de Assis. O discurso de crise da educação: crítica ao modelo de competências desde a epistemologia da educação. *Rev. hist. educ. latino am.* [online]. 2013, vol.15, n.21, pp.283-304.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, R. P. O Direito à Educação. In: OLIVEIRA, R.P.; ADRIÃO, T. (Orgs). *Gestão, Financiamento e Direito à Educação*. São Paulo: Xamã, 2001.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de; BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. **Proposições**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 193-212, ago. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000200193&lng=pt&nrm=iso>. acesso em: 12 maio 2018.

PARASKEVA, João M.; AU, Wayne. O direito à escolha em Educação. In: *(Des)ilusão da escolha em Educação*. 2010.

PARASKEVA, João M. Privatização dos Benefícios e Socialização dos Custos. *Dos Cheques-ensino ao Homeschooling*. 2010

RIBEIRO, Álvaro Manuel Chaves e PALHARES, José. O homeschooling e a crítica à escola: hibridismos e (des)continuidades educativas. *DOSSIÊ: Homeschooling e o Direito à Educação*. Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v28n2/0103-7307-pp-28-2-0057.pdf>

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 37, p. 59-84, set. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 05 fev. 2018.

SIBILIA, Paula. **Rede ou Paredes – A escola em tempos de dispersão**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 13-43. Disponível em: <file:///C:/Users/janaina/Downloads/SIBILIA%252c%20P.%20Rede%20e%20Paredes%20-%20cap%C3%ADtulos%201-2-3.pdf>

TEIXEIRA, Albano Luiz Francisco. Um breve histórico da educação brasileira - sob o signo da precariedade. DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II. Rio de Janeiro, 2015.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A educação doméstica no Brasil de oitocentos**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 28, n. 14, p. 24-41, jan./jun. 2007.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Educação na casa: perspectivas de desescolarização ou liberdade de escolha?. **Pro-Posições**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 122-140, ago. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000200122&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 12 maio 2018.

SANTOS, José Douglas Alves dos.; MELO, Aísha Kaderrah Dantas.; LUCIMI, Marizete. Uma breve reflexão retrospectiva da educação brasileira (1960-2000): implicações contemporâneas. Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa - 31/07 a 03/08/2012 - Anais Eletrônicos.